



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682526 - SC (2021/0233167-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : GIOVANNI FRANCA PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GIOVANNI FRANCA PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0000868-74.2018.8.24.0075).

O paciente foi absolvido do crime de tráfico de drogas, pelo Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Tubarão - SC, que desclassificou o delito para a figura típica do art. 28, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, determinando vista dos autos ao Ministério Público para que se manifestasse acerca da aplicação dos institutos despenalizadores

O *parquet* interpôs apelação criminal, que foi provida pelo Tribunal de origem, a fim de afastar a desclassificação do delito e condenar o paciente à pena de 5 anos de reclusão em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 500 dias-multa, por infração do art. 33, *caput*, da Lei de Drogas.

A impetrante sustenta a necessidade de restabelecimento da desclassificação do crime de tráfico para a conduta prevista no art. 28 da Lei de Drogas.

Subsidiariamente, defende o afastamento do aumento da pena base com fundamento na quantidade e variedade de entorpecentes apreendidos, bem como a aplicação da causa de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos do acórdão impugnado, e, no mérito, a concessão da ordem para que seja desclassificada a conduta do art. 33 para a prevista no art. 28 da Lei n. 11.343/2006, ou, subsidiariamente, aplicada a causa de diminuição relativa à figura do tráfico privilegiado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

No caso, o Tribunal de origem afastou a desclassificação do delito de porte de droga, bem como o redutor de pena estabelecido pelo art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006, considerando a quantidade e variedade de entorpecentes apreendidos - o que denotaria a habitualidade do paciente com a traficância ilegal.

É o que se deduz dos seguintes excertos do acórdão recorrido (e-STJ fls. 464-466):

Despiciendo, também, recordar que, para a configuração do crime tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006, não há necessidade de o agente ser flagrado no ato da venda ou entrega da substância,

pois tal delito é classificado como de mera conduta, ou seja, não prevê nem exige eventual resultado como pressuposto para sua caracterização, bastando que o agente pratique um dos verbos contidos no mencionado dispositivo legal, cuja destinação comercial é presumida pelas circunstâncias do caso concreto, causando perigo à incolumidade e à saúde públicas.

In casu, como dito, G. F. P. guardava 23 (vinte e três) comprimidos e um fragmento de comprimido de ecstasy e 3,96g (três gramas e noventa e seis centigramas) de maconha, além de considerável quantia em espécie (R\$ 510,00), caracterizando o crime de tráfico de drogas.

Além disso, as condições, a quantidade e a forma de embalo em que as substâncias ilícitas foram apreendidas, não deixam dúvidas quanto à destinação comercial das drogas.

À vista disso, a alegação do apelado de que era mero usuário de entorpecentes não merece prosperar, tendo em vista que essa circunstância não afasta a condição de traficante, pois, como é notório, não raras vezes, tais situações se acumulam – até mesmo como forma de sustentar o próprio vício.

Ademais, além de apresentar narrativa inverossímil e dissociada de todas as provas colacionadas aos autos, observa-se que G. F. P. não conseguiu, sequer, comprovar origem lícita do montante em espécie apreendido na ocasião dos fatos, circunstância que enfraquece ainda mais a versão defensiva.

Com efeito, tem-se a necessária simetria entre as declarações dos personagens envolvidos no contexto fático narrado na inicial para dirigir a autoria do crime de tráfico de drogas ao apelado G. F. P., o qual, com fim comercial, guardava 23 (vinte e três) comprimidos e um fragmento de comprimido de ecstasy e 3,96g (três gramas e noventa e seis centigramas) de maconha no interior de seu automóvel.

É o entendimento desta Corte de Justiça:

(...)

Ainda, no que se refere à causa de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/06, importante destacar que, apesar da primariedade do apelado, a variedade das drogas, além das declarações dos policiais militares nas etapas investigativa e judicial - apontando que já estavam recebendo denúncias do mercadejo de entorpecentes perpetrado por G. F. P. na região há algum tempo -, demonstram que o apelado estava comercializando estupefacientes com regularidade há certa data, circunstâncias que inviabilizam o reconhecimento da benesse diante de sua dedicação a atividades criminosas.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da

impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência